



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1008197-82.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços**  
 Requerente: **Agrinaldo César Diniz**  
 Requerido: **Tadeu Habib Yunes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Dispensado o relatório. Decido.

Trata-se de ação em que o autor objetiva seja o réu condenado (a) ao pagamento da diferença devida a título de contraprestação pelos serviços de pintura prestados pelo autor (b) ao pagamento de indenização por danos morais em razão do retardamento e dificuldades apresentadas pelo réu para pagar a dívida.

A preliminar de ilegitimidade ativa oposta pelo réu não deverá ser acolhida.

Por mais que o orçamento de fls. 35/37 tenha sido feito por MPD Construção e Pintura, nome fantasia do empresário individual "Alan Diniz", na realidade o próprio orçamento já indica, às fls. 35, o "Agrinaldo Diniz" e "Alan Diniz" como contratados-prestadores.

A menção ao autor já na referência ao nome fantasia da empresa deixa claro que não se trata de simples funcionário, e sim de um dos contratados, junto com seu irmão, empresário individual.

Como não foi celebrado qualquer contrato escrito que esclareça a dúvida porventura cabível, se não apenas lançado um "de acordo" sobre o orçamento às fls. 37, não há razão objetiva para se negar a titularidade do pretense direito ao autor.

Considera-se ainda, nesse ponto, que o empresário individual "Alan Diniz", irmão



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

do autor e justamente o empresário individual que o réu afirma ter sido contratado, foi ouvido em juízo e em momento algum ofereceu qualquer sorte de impugnação à afirmação do autor de que ele, autor, tem legitimidade para a cobrança.

Ingresso no mérito, em cuja sede alega o réu: (1) que a diferença ainda não é exigível pois primeiro devem os serviços de pintura ser finalizados; (2) que devem ser abatidos valores relativos a danos causados ao imóvel durante a execução dos serviços de pintura, quais sejam (a) R\$ 1.015,00 gastos com a substituição de telhas quebradas quando da pintura das laterais do prédio (b) R\$ 625,00 desembolsados com a substituição de telhas quebradas quando da fixação de cadeirinhas para pintura das empenas das laterais do prédio (c) R\$ 70,00 suportados com o conserto da parte inferior da janela de alumínio do quarto do apartamento 103, danificada durante a pintura.

Pois bem.

Tendo em vista que se tornou controvertida a conclusão dos serviços de pintura, que constitui fato constitutivo do direito do autor, forçoso reconhecer que competia ao autor comprovar esse fato, nos termos do art. 373, I do Código de Processo Civil.

Examinada a prova, não é possível afirmar que o autor concluiu os serviços.

Com efeito, há nos autos um *checklist* correspondente a vistoria dos serviços realizados e imperfeições constatadas, fls. 81/92.

Todavia, o referido *checklist* não resolve a lide.

Em primeiro lugar, trata-se de documento não assinado, o que já lhe retira a força probatória autônoma, necessitando de exame à luz do que foi declarado em audiência pelas testemunhas e informantes ouvidos.

Em segundo lugar, o *checklist* não esclarece se as imperfeições nele indicadas já foram corrigidas por ocasião de sua elaboração ou se a partir dele o autor e seu irmão deferiam corrigi-las para, posteriormente, ser realizada uma nova vistoria com a entrega final do serviço.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Concluída a instrução, não firmo convicção segura a respeito.

De um lado, observamos que o irmão do autor, Alan Israel Pereira Diniz, ouvido em audiência às fls. 161/162, declarou que o serviço foi inteiramente concluído e que o *checklist*, elaborado pelo estagiário / encarregado Bruno Michel Santos Romera, abriu ensejo a reparo imediato por parte dos pintores, ocorrendo em data posterior a entrega das chaves a título de recebimento do serviço, sem ressalvas, pelo encarregado do réu. Essa narrativa foi corroborada por outro pintor ouvido, fls. 163, Diego Cristiano de Oliveira.

Todavia, o próprio Bruno Michel Santos Romera foi também ouvido, às fls. 165/166, e seu depoimento é frontalmente contrário ao dos pintores. Diz que aquele *checklist* indicou os serviços pendentes e os pintores não os realizaram. Acrescenta ainda que sequer se cogita de "entrega de chaves" como ato de entrega e recebimento dos serviços pois as chaves ficavam sempre com ele.

Ora, ante a perplexidade que emerge das contradições entre uns e outros depoimentos, não é possível dizer o que aconteceu. Não se sabe se houve realmente a finalização dos serviços, ou se estes restaram incompletos. Há indícios de que não foram finalizados, fotos de fls. 44/73.

Não há elementos sequer para se atribuir a primazia de um depoimento sobre outros, já que praticamente todos que discorreram com objetividade e detalhamento suficiente sobre esse ponto controvertido tem algum grau de comprometimento com a isenção necessária para depor (ainda que esse comprometimento não constitua causa legal de impedimento ou suspeição): Alan Israel Pereira Diniz por ser irmão do autor e também contratado para o serviço, com interesse direto na causa, ouvido aliás como informante; Diego Cristiano de Oliveira por seu vínculo com os demais pintores e por ter trabalhado na obra, com a inclinação natural de defender o trabalho realizado; Bruno Michel Santos Romera por seu vínculo com o réu e por ter feito o *checklist*, com a mesma inclinação natural de defender o seu trabalho, no sentido de afirmar que



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

não aceitou a entrega definitiva do serviço com as imperfeições ora alegadas pelo réu.

A solução é o julgamento em conformidade com a distribuição do ônus probatório.

Como competia ao autor a prova da conclusão de sua prestação contratual, e não o fez, impõe-se a improcedência da ação.

Ante o exposto, julgo improcedente a ação.

Sem verbas sucumbenciais, no juizado, em primeiro grau.

P.I.

São Carlos, 06 de dezembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**